

Regionais de Saúde terão autonomia administrativa

CORREIO BRAZILIENSE

11 JUL 1993

Até o final deste ano, Secretaria de Saúde e Fundação Hospitalar do DF vão ganhar novo perfil administrativo. Estudo nesse sentido está em fase de conclusão e, no próximo dia 15, será submetido à Secretaria de Administração para análise das propostas elaboradas durante dois meses por comissões de segmentos ligados ao setor. A prioridade é criar mecanismos para descentralizar atribuições e conceder autonomia as Regionais de Saúde, centros e postos de atendimento da região.

Segundo o secretário de Saúde adjunto, Paulo Kalume, que também é presidente da comissão de estudos, o objetivo da iniciativa, ao contrário de limitar-se a uma simples reforma, é buscar a modernização do sistema público de saúde, de maneira racional e, acima de tudo, econômica. Uma das condições impostas pela Secretaria de Administração, não só à área de saúde, mas a todos os demais segmentos do governo do DF, foi o não-aumento de despesas como condição à efetivação das medidas do programa.

Remanejar — Apesar de reco-

nhecer as limitações da rede pública hospitalar do Distrito Federal, o secretário-adjunto lembra que, a partir da implantação de novas sistemáticas administrativas, muita coisa vai melhorar, inclusive em matéria de rotina dentro de hospitais, centros e postos de saúde. Como não será possível onerar ainda mais a lista de despesas do setor, Paulo Kalume diz que a solução viável será o remanejamento, a mistura e o nivelamento tanto de recursos humanos quanto financeiros.

A descentralização, na sua opinião, não implica em gastos, uma vez que serão geridos recursos já disponíveis. Na prática, em nível de Fundação Hospitalar, por exemplo, cada Regional de Saúde não necessitará mais do aval de direção do órgão para decisões restritas ao setor. Ela cita áreas de prestação de serviços e de administrações de pessoal, que, pela nova política, terão autonomia.

À Fundação, de acordo com o secretário-adjunto, ficará a competência de responder por ques-

tões em nível macro, como a necessidade de aquisição de equipamento ou a importação de novas tecnologias para o DF. Uma das propostas ainda em fase de análise pelas comissões, mas, para Kalume, de difícil efetivação, refere-se à criação de centrais de compra para cada regional. A partir da arrecadação repassada para o setor de saúde do Distrito Federal, seriam fixados percentuais posteriormente distribuídos a cada uma, de acordo com a produtividade e necessidade de reposição.

Assistência — Faz parte do estudo também a criação do Departamento de Assistência à Saúde, destinado especialmente ao gerenciamento do Sistema Único (SUS), no Distrito Federal. O órgão teria a característica de ampliar a competência da Secretaria de Saúde, além da Fundação Hospitalar. Para que todas as propostas sejam efetivadas, no entanto, o secretário de Saúde adjunto ressalta que é necessário aprovação de um conselho deliberativo e aval da Secretária de Administração.